

B)10.
GAP
DAFRH
DIGEF
SECUNT
TES
GAI
A.M.



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º: 19/2018

PROPOSTA

N.º: 79/2018/DAFRH/DIGEF

Realizada em: 31/10/18

DELIBERAÇÃO N.º: 325/18

ASSUNTO: FINANÇAS MUNICIPAIS – LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2019

O n.º 1, do Artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê que os Municípios possam lançar uma Derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Refira-se que a deliberação da Assembleia Municipal que fixa a Derrama, nos termos do n.º 17 e 18, do Artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, até 31 de Dezembro. Caso essa comunicação não seja recebida dentro do prazo estabelecido não há lugar à liquidação e cobrança da Derrama.

Propõe-se:

1. O lançamento, para o ano de 2019, de uma Derrama de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) gerado na área geográfica do Município, com afetação às despesas de investimento incluídas no Plano Plurianual de Investimentos, as demais do Plano de Atividade Municipais e às restantes despesas orçamentais;
2. Que a presente deliberação seja submetida à Assembleia Municipal a fim de autorizar o lançamento de Derrama de 1,5%, para reforço da capacidade financeira do Município, nos termos da alínea d), n.º 1, do Artigo 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posterior comunicação, por via eletrónica, à Autoridade Tributária e Aduaneira, de acordo com o n.º 17, do Artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

ST

O DIRECTOR DO DEP.º:

O PROPONENTE:

M.ª Doris Fernandes

APROVADA / REJEITADA POR: 1 Votos Contra; 3 Abstencões; 6 Votos a Favor.

Aprovada em minuta, para efeitos do disposto no n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA

O PRESIDENTE DA CÂMARA

M.ª Doris Fernandes